

**Sindicalismo de Movimento Social em Portugal:  
Contributos da relação entre a CGTP e os Movimentos  
Sociais de Precários para a renovação  
do Sindicalismo Português**

**Dora Fonseca**

**2010**

## RESUMO

No contexto geral de construção de novos caminhos para o movimento sindical, o sindicalismo de movimento social surge como a nova alternativa. No entanto, muitos obstáculos se colocam à sua emergência. Pretende-se assim, no caso português, analisar as possibilidades da sua concretização, colocando o enfoque na relação estabelecida entre a CGTP e os movimentos sociais de precários, considerando as potencialidades e oportunidades que esta apresenta para a renovação do Sindicalismo Português. O enfoque é colocado na perspectiva de abertura do Sindicalismo aos Movimentos Sociais e vice-versa, sendo esta abertura aferida através da análise dos bloqueios que se apresentam face à sua concretização, dos passos dados nesse sentido e dos significados de que estes se revestem, na medida em que, face à sua ténue expressão, não nos é possível, - ainda -, falar de uma estratégia concreta, assumida por ambas as partes, direccionada para o diálogo e a cooperação.

**Palavras-chave:** sindicalismo; movimentos sociais; sindicalismo de movimento social

## 1. Introdução

Este artigo pretende dar conta da investigação em curso no âmbito da tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, procurando discutir alguns dos principais pontos relacionados com as dificuldades e perspectivas do Movimento Sindical, com enfoque no caso da CGTP. A análise parte das transformações do processo produtivo do capitalismo actual, transformações essas que vêm colocar desafios, tanto à classe trabalhadora, como ao Sindicalismo. Em particular, a emergência de novas formas de trabalho vem evidenciar a desestruturação das estruturas sindicais, nomeadamente, no que diz respeito ao carácter da representação e inclusão dos trabalhadores precários na composição da base sindical.

De uma forma geral, as directrizes e as estratégias dos sindicatos não se encontram tão direccionadas para os trabalhadores atingidos pela precariedade laboral, acabando por se traduzir na exclusão de uma importante e representativa franja da população portuguesa activa laboralmente da composição da base sindical. Esta constatação leva-nos a reconhecer a necessidade de reconceptualização do movimento sindical quanto aos seus objectivos e modos de acção, o que implica que sejam consideradas hipóteses no âmbito da sua articulação com outros movimentos

sociais. A emergência dos movimentos sociais e, em carácter restrito, dos movimentos sociais de trabalhadores precários, tem vindo a exercer uma certa tensão na estrutura dos sindicatos, evidenciando a capacidade organizativa dos sujeitos sociais. Esse diálogo pode assim desenvolver-se na base de um Sindicalismo de Movimento Social, que se apresenta como alternativa para a concretização da reinvenção do movimento sindical, expandindo-se tanto nas suas bases, como transnacionalmente. Nesse sentido, e como ponto de partida, as possibilidades dessa articulação podem ser aferidas em termos dos pontos de abertura possíveis e implícitos na relação dos sindicatos com os movimentos sociais e vice-versa.

## **2. As transformações no Mundo do Trabalho**

A partir da segunda metade do século XX, na sequência da introdução das novas tecnologias no processo produtivo, a sua organização transformou-se em larga medida, assistindo-se a uma acentuada perda de peso do trabalho industrial nas sociedades avançadas e ao crescimento do sector de serviços, ao mesmo tempo que se expandiu o papel que a ciência, a tecnologia e a informação desempenham na produção. Perante a manifesta incapacidade do Fordismo em acomodar as contradições inerentes à expansão do capitalismo configura-se a emergência de um novo paradigma produtivo denominado acumulação flexível (Harvey, 1992), que caminha de par com um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora de carácter contraditório e multiforme (Antunes, 1995).

Paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional e à crescente intelectualização do trabalhador manual, bem como do deslocamento da especialização para o multifuncionalismo, ocorre uma alteração qualitativa da natureza do trabalho, que impulsiona tanto para uma maior qualificação da classe trabalhadora, como para uma maior desqualificação. São concomitantes os fenómenos de desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, e de subproletarização intensificada. O segmento estável contrai-se, emergindo com intensidade novas formas contratuais, aumentando os números de trabalhadores improdutivos e desempregados que se situam à margem da esfera do trabalho, e expande-se de forma quase irreversível o desemprego estrutural, sendo este último reforçado pela adopção de medidas de racionalização, reestruturação e de intensificação do controle do trabalho face à intensificação da competição promovida por um quadro de crescimento económico (Antunes, 1995;

Paugam, 2000). As novas estratégias das empresas, a partir dos anos 80, direccionaram-se assim para a flexibilidade, em que às transformações na organização do trabalho se somaram estratégias de flexibilidade externa, o que veio transferir o fardo da incerteza para os assalariados e para outros provedores de serviços (Boltanski e Chiapello, 1999). Abre-se deste modo o caminho para a formação de largos contingentes de “dispensáveis”, com as correspondentes consequências sociais, associadas a uma retracção do Estado-Providência (Beck, 2000), ao que se soma o esmorecimento da importância dos mercados nacionais que, suplantados pelos mercados internacional e global, estimulam o desenvolvimento de um grau de interdependência crescente no funcionamento dos espaços económicos (Castells, 1992).

Nas últimas décadas, os sectores do trabalho flexível e do trabalho precário são os que apresentam um índice de crescimento mais elevado, caracterizando-se as novas formas de emprego pela informalização e pela individualização. Configura-se a erosão do compromisso económico-político do “cidadão trabalhador”, concomitante com a regulação do risco que se exprime na emergência de um sistema de subemprego desstandardizado, fragmentado e plural, com formas de trabalho retribuído altamente flexíveis temporal e espacialmente descentralizadas, e desregulamentadas (Beck, 2000).

### **3. Crise do Sindicalismo**

Perante estas transformações e como seu resultado, é hoje reconhecida a existência de uma crise do Sindicalismo, embora os contornos que esta assume não possam ser classificados de homogéneos em todos os países (Costa, 2008; Hyman, 1994). As transformações no mundo laboral, ao longo da década de 80 e até meados da década seguinte, revelaram as fragilidades das instituições capazes de representar a sociedade civil, o que atingiu as estruturas sindicais (Boltanski e Chiapello, 1999), tendo, mais concretamente, a reestruturação e intensificação da desregulamentação das relações laborais conduzido a formas de flexibilização que lhes subtraem poder negocial e os debilitam estrategicamente (Antunes, 1995; Beck, 2000). A expansão do sector de serviços e retracção do sector industrial acarretaram uma redução do número dos postos de trabalho significativa e generalizada, que afecta de forma especial o sector industrial, historicamente de forte sindicalização (Visser, 1994), colocando em cheque o sindicalismo de base operária tradicional.

O processo de globalização, ao implicar a reorganização dos espaços económicos,

reflecte-se no deslocamento do enfoque dos espaços nacionais para os internacionais, evidenciando um desfasamento por parte das estratégias sindicais que continuam a centrar-se, maioritariamente, nos espaços nacionais (Hyman, 2005; Moody, 1997; Waterman, 2000). O declínio do Estado-Provódência implicou por seu turno a transferência do palco de negociações para as empresas, colocando duras restrições à actuação dos sindicatos, e facilitando, ao mesmo tempo, a impregnação das estratégias destes por tendências neocorporativistas e de “parceria social” (Moody, 1997), que comprometem a sua essência combativa. As novas técnicas de gestão traduziram-se em estratégias hostis ao sindicalismo e à prática da negociação colectiva (McIlroy, 1997 *in* Oliveira, 2002), na medida em que a precarização do trabalho, o medo do desemprego, a reestruturação produtiva e a mobilidade da força de trabalho contribuem para o esmorecimento da vontade dos trabalhadores em se organizarem (Boltanski e Chiapello, 1999; Rodrigues, 1999).

Nas últimas três décadas, um conjunto interligado de factores decorrentes da reorganização do processo produtivo<sup>1</sup> tem contribuído para o decréscimo do índice de sindicalização e inclusivamente para a dessindicalização, propiciando a fragmentação da classe trabalhadora, que se reflectiu negativamente sobre a solidariedade sindical, “debilitando-a”, configurando-se assim o fim da classe operária sobre a qual se apoiaria o sindicalismo como fenómeno de massa (Rodrigues, 1999). Soma-se o acentuar da construção de uma solidariedade relativa à empresa, muitas vezes imposta através de políticas de repressão que restringem a militância sindical e corrompem a solidariedade entre trabalhadores (Visser, 1994), acoplada à crescente utilização dos contratos individuais em detrimento dos colectivos. Dessa forma, a ascensão do individualismo nas relações laborais é promovida e conduz à competição entre trabalhadores, ao mesmo tempo que uma certa valorização da sua subjectividade induz a orientação para a concretização de objectivos pessoais (Oliveira, 2002; Paugam, 2000).

As formas atípicas de trabalho e a crescente utilização de formas de contrato temporário e a tempo parcial, configuram a unilateralidade e individualização das relações de trabalho, gerando instabilidade, o que constitui um forte obstáculo à integração dos trabalhadores abrangidos nas organizações sindicais, em parte por estas privilegiarem a dimensão da categoria profissional, o que espelha a redução da

---

<sup>1</sup> São considerados os seguintes factores: a dispersão da produção; a redução da dimensão das unidades fabris e o aumento da produção em pequenas empresas; a maior mobilidade do capital internacional; a tendência de realização de acordos entre empresas e locais de produção; a flexibilização da produção e das normas que regulamentam as carreiras dos trabalhadores; e a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões e da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da força de trabalho disponível.

capacidade de representação dos sindicatos (Hyman, 1994; Moody, 1997). Ao mesmo tempo que se assiste à diminuição do contingente de trabalhadores estáveis, os números de trabalhadores submetidos a condições cada vez mais precárias denotam um crescimento surpreendente, o que vem reflectir-se numa redução da força sindical, historicamente ligada aos primeiros e que marginaliza estes últimos (Antunes, 1995). A estes factores associa-se a perda de força da greve, que terá sido, até ao momento, a “arma mais segura” dos sindicatos para dar voz e poder às suas reivindicações e lutas (Costa, 2008; Rodrigues, 1999). Acentuam-se as tendências de burocratização e profissionalização, com o conseqüente abandono do terreno por parte dos representantes sindicais, do qual resulta o esmorecimento do contacto directo com os trabalhadores e a descrença no papel de representação que estes assumem, aumentando as probabilidades de desfiliação (Boltanski e Chiapello, 1999; Paugam, 2000). Soma-se, ainda, a pressão crescente exercida pelos factores económicos sobre sindicatos e trabalhadores, mudanças nos valores e na opinião pública sobre estes, e a acção colectiva e políticas de organização sindical desadequadas (Visser, 1994). As novas orientações estratégicas obrigam o sindicalismo de “classe” a debater-se com inúmeros problemas e fragilidades potenciados em parte pela submissão destas estruturas à posição de instrumentos da acção reguladora do Estado (Estanque, 2005).

O número cada vez mais significativo de trabalhadores que são abrangidos pela precariedade laboral determina a necessidade urgente de o movimento sindical os integrar na sua estrutura. Contudo os debates em torno dessa questão ainda são formulados de uma forma muito geral e pouco consistente. As estratégias das estruturas sindicais orientadas nesse sentido revestem-se de uma dificuldade e temporalidade próprias, representando uma fonte de tensões no seu interior (Béroud, 2009). A organização e as estratégias sindicais, de uma forma geral, não reflectem as características e necessidades veiculadas por estes trabalhadores, centrando-se em questões que giram em torno do “emprego estável” (nomeadamente redução do horário de trabalho e aumentos salariais). Os trabalhadores precários são, na sua grande maioria, alvo de uma integração profissional desqualificante<sup>2</sup>, que associada ao receio permanente da perda de emprego e às políticas de repressão sindical de muitas empresas, conduz ao isolamento e ao distanciamento face à acção colectiva. É por isso necessária uma

---

<sup>2</sup> Segundo Serge Paugam (2000), a integração desqualificante congrega a insatisfação no trabalho e a insatisfação no emprego, pelo que os assalariados não retiram qualquer compensação ou realização pessoal do trabalho que desenvolvem, nem se sentem recompensados pela remuneração que lhes é atribuída.

mudança no discurso sindical e a criação de novas estruturas e modalidades de acção mais adequadas para chegar a estes trabalhadores, no sentido de criar condições para que estes se identifiquem com a acção sindical, o que potenciará a sua mobilização para a acção colectiva.

Este panorama aponta para a necessidade de reconceptualizar o velho internacionalismo sindical de base nacional/industrial/colonial (Waterman, 2004), de abandonar as tendências neocorporativistas e defensivas (Antunes, 1995), e de evoluir rumo a um sindicalismo fundado sobre os princípios da participação democrática, desprendido do âmbito sectorial e da esfera estritamente laboral e que, em vez de se encerrar sobre si mesmo, se abra à sociedade civil. A velocidade de crescimento e prevalência cada vez mais elevada do sector informal, concomitante com a redução da capacidade organizativa do sector formal, implicam que a estabilização deste último e a avaliação da força internacional do sindicalismo estarão dependentes da capacidade de organização em torno do sector informal. São exigidas às estruturas sindicais a reformulação de objectivos e a reestruturação organizacional, no sentido de uma evolução para um sindicalismo do tipo horizontal<sup>3</sup>, e, simultaneamente, a reavaliação das formas de luta e de acção colectiva para que as mesmas se adaptem às especificidades do contexto actual e recuperem a sua eficácia (Antunes, 1995; Costa, 2008; Hyman, 1994). O novo tipo sindicalismo pauta-se pelo estabelecimento de uma relação estreita com outros movimentos democráticos, interligando espaço de produção e comunidade, e voltando-se para a construção de uma ética de solidariedade internacionalista (Estanque 2004; Hyman, 2005). Neste contexto, o Sindicalismo de Movimento Social<sup>4</sup> apresenta-se como alternativa para a concretização da reinvenção do sindicalismo, opondo-se às tradicionais bases fundadas nas demandas redistributivas e económicas através da incorporação de questões de reconhecimento cultural, de género, etnia e de demandas simbólicas, conjugando aspectos como a defesa da democracia directa, o auto-empoderamento e a consciencialização perante os problemas da classe (Estanque, 2008).

---

<sup>3</sup> A esse propósito, Richard Hyman (2005) considera que o modelo de organização internacional em pirâmide (centralizado, burocrático e rígido) deve ser abandonado e substituído por um modelo dinâmico, descentralizado, horizontal, democrático e flexível (Hyman, 2005).

<sup>4</sup> Segundo Lambert e Webster (2004), através da criação da SIGTUR e da sua preocupação com a democracia sindical interna, emerge uma nova forma de sindicalismo, o sindicalismo de movimento social.

#### **4. Movimento sindical e movimentos sociais de Trabalhadores Precários: Possíveis aproximações**

A possibilidade de os movimentos sociais se constituírem enquanto actores políticos com um papel central na transformação social (McAdam *et al.*, 2001), e a assumpção, como ponto de partida, do argumento de que a acção colectiva é alimentada pelas necessidades que têm origem no sistema social - e que não encontram resposta no sistema político ou que são excluídas pelos seus filtros (Melucci, 1996) - estabelece a ponte para a emergência de movimentos sociais de trabalhadores precários. O seu aparecimento decorre da necessidade de representação de trabalhadores que não se encontram cabalmente recobertos pela acção das estruturas sindicais e conduz à concepção de uma relação de cooperação. Contudo, observa-se a presença de constrangimentos, nomeadamente de ordem organizacional e do funcionamento de ambos, que se apresentam como fortes obstáculos. Os movimentos sociais, muito embora possam assumir formas organizacionais diversas enquanto organizações de movimento social<sup>5</sup>, caracterizam-se, nesses termos, por serem de tipo horizontal, o que, - dado o carácter vertical, fortemente hierarquizado e burocrático, das organizações sindicais, - vem constituir um obstáculo ao estabelecimento de uma relação entre ambos, nomeadamente, ao influir nos canais de comunicação que a partir daí se estabelecem, no tipo de liderança adoptada, e no processo de tomada de decisão resultante. A informalidade que caracteriza, na maior parte das vezes, a estrutura organizacional dos movimentos sociais pode levar o movimento sindical a colocar em questão a legitimidade de que estes se encontram revestidos e o valor da sua representatividade.

O carácter assimétrico da relação entre uma instituição ou organização legitimada, e um movimento de carácter informal em termos organizacionais, pode obrigar a que este último evolua no sentido da sua institucionalização, correndo desse modo o risco de confirmar a tese de Michels (2001), ao dar forma ao “triunfo do órgão sobre o organismo”. O crescimento do aparelho organizativo e da carga burocrática decorrentes de um processo de institucionalização acarretam portanto o risco de uma perda do carácter combativo do movimento, implicando que este assumira um papel de estrutura reguladora, o que subverte de certa forma os seus objectivos iniciais. As energias do movimento passam a ser canalizadas para a adaptação ao contexto, em vez de se dirigirem para objectivos externos à própria estrutura, com o intuito de assegurar a sua sobrevivência e continuidade (della Porta e Diani, 1999).

---

<sup>5</sup> A esse propósito ver della Porta e Diani (1999).



Daí pode decorrer uma atitude relutante ao estabelecimento de uma articulação com as organizações sindicais, na medida em que reclamam o seu próprio sentido (Touraine, 1996), recusando-se, assim, a servir os interesses de partidos ou do próprio Estado, o que inviabiliza a possibilidade de se constituírem enquanto estruturas reguladoras sob a pena de enveredarem por uma lógica puramente negocial, submetida a interesses políticos e a directrizes de ordem económica. Do ponto de vista do movimento sindical, o estabelecimento desta articulação pode significar uma “invasão” do tradicional campo de luta, bem como uma perda da identidade que lhe foi conferida pela acção centrada no campo dos direitos laborais e das condições de trabalho. No entanto, e independentemente das suas características e objectivos, os movimentos sociais constituem acções colectivas de papel preponderante nas sociedades contemporâneas, que culminam sempre na transformação dos valores e das instituições da sociedade (Castells, 2002).

Nos últimos anos, por toda a Europa e, em particular, em Portugal, têm emergido movimentos de trabalhadores precários. Estes reclamam, de uma forma geral, o reconhecimento da centralidade do problema da precariedade na sociedade contemporânea e procuram impulsionar a adopção de medidas concretas no âmbito do seu combate. São movimentos que, organizacionalmente, se caracterizam por exibirem uma estrutura mais ou menos informal e descentralizada, sem lideranças instituídas ou mesmo quaisquer hierarquias, apresentando frequentemente um porta-voz. O seu carácter é marcadamente informal e flexível, adoptando canais de comunicação da mesma natureza - contacto telefónico, sms's, emails, o que evidencia o papel desempenhado pelas novas tecnologias no funcionamento destes movimentos que se caracterizam pelo cyberactivismo (Waterman, 1998). Estas características apresentam inúmeras vantagens, na medida em que conferem aos seus membros uma maior autonomia, criatividade e espírito de iniciativa, para além de permitirem a fácil e rápida expansão do movimento, tanto em termos territoriais como numéricos. Contudo, é inegável que a ausência de uma estrutura organizacional “mais rígida” pode servir como um argumento - chave para questionar a credibilidade, seriedade e potencial de acção legitimado destes movimentos.

## **5. Breves Notas sobre o Movimento Sindical Português**

O sindicalismo português encontra-se enquadrado no panorama de crise explicitado anteriormente, fazendo eco das tendências que se verificam um pouco por todos os países europeus industrializados, nos quais, à medida que o sector terciário vai

ganhando terreno ao industrial, o movimento sindical deixa de ser predominantemente de base operária (Estanque e Ferreira, 2002). Actualmente, depara-se com vários desafios, nomeadamente no que toca à sua escala organizativa e à abertura à esfera civil. No caso da escala organizativa, esta centra-se, maioritariamente, no âmbito nacional dada a relutância das instâncias sindicais em abandonarem os espaços estritamente nacionais, que continuam a ser tomados como a grande prioridade (Santos, 2005). A abertura à esfera civil e aos movimentos sociais, no âmbito do estabelecimento de relações de cooperação, é travada pela tendência que o sindicalismo apresenta de preservação de uma certa autonomia face à sociedade civil, denotando o medo de descaracterização (Costa, 2008).

Há portanto um caminho a ser percorrido pelos sindicatos no âmbito da acção de articulação no plano nacional com os movimentos sociais e, nesse sentido, a CGTP tem vindo a desenvolver uma discussão séria sobre o assunto, materializada na designação de um membro da comissão executiva para coordenar um plano de trabalhos relativo ao estabelecimento de alianças sociais. O diagnóstico quanto à necessidade de articulação a nível internacional<sup>6</sup> é semelhante. Apesar de algumas experiências nesse sentido durante a última década, a cooperação com organizações da sociedade civil continua a ser de carácter pontual, muito embora do IX Congresso da CGTP tenham saído directrizes que apontam para o reconhecimento da necessidade de expansão dos campos de interesses e de intervenção sindical, direccionadas para a abertura do movimento sindical a áreas que ultrapassam o estrito âmbito sócio-profissional (idem). O Plano de Acção que sai do XI Congresso da CGTP (em 2001) define a luta contra a precariedade no emprego como uma das principais prioridades da acção sindical, estipulando a sua concretização através “do reforço da intervenção sindical nos locais de trabalho, desenvolvendo a ligação e a solidariedade entre trabalhadores, exigindo a passagem a efectivos dos trabalhadores com vínculos precários e apresentando as suas reivindicações específicas”<sup>7</sup>, o que demonstra o desejo de dar continuidade ao “Plano de Acção de Combate à Precariedade no Emprego”, redigido em 2007.

A central sindical pretende assim assumir um papel de maior relevo no combate à precariedade e ao trabalho clandestino e ilegal. Propõe-se assumir o papel da denúncia pública da precariedade e a organização de campanhas com ênfase nas suas consequências negativas para os trabalhadores e para o país, bem como apresentar reivindicações ao governo e propostas de alteração de normas legais, e divulgar a

---

<sup>6</sup> Entrevista a Manuel Carvalho da Silva publicada na Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 62.

<sup>7</sup> Transcrição do Plano de Acção do XI Congresso da CGTP-IN que decorreu em Fevereiro de 2008.

legislação e a jurisprudência favorável aos trabalhadores. Apesar das claras directrizes formuladas neste âmbito, as mesmas carecem contudo de materialização. O combate ao emprego precário é uma matéria sensível no seio dos sindicatos, na medida em que, na opinião de alguns, acarretaria uma diminuição da atenção consagrada às questões referentes ao trabalho estável, podendo a dicotomia trabalho estável - trabalho precário pôr em conflito interesses que são, à partida, díspares, o que traz um certo "mal - estar" para o seio das estruturas sindicais no que concerne à definição de prioridades, muito embora, esta seja uma questão central. Resta saber como vão ganhar consistência as estratégias apontadas, em traços gerais, pela central sindical, e quais as alianças que poderão ser consolidadas nesse âmbito.

## **6. Conclusão**

Apesar das discrepâncias encontradas em termos organizacionais entre estruturas sindicais e movimentos sociais de trabalhadores precários, consideramos que mesmo que não seja possível conferir aos últimos legitimidade institucional no âmbito da representação, os mesmos poderão constituir peças fundamentais para que sejam feitos, por parte das estruturas sindicais, avanços na captação desses trabalhadores e na sua representação. Os movimentos sociais de precários podem actuar enquanto estruturas intermediárias e de aproximação para o estabelecimento de um vínculo entre esta franja de trabalhadores e as estruturas sindicais. Os trabalhadores ditos precários encontram obstáculos de relevo à sindicalização na medida em que, na grande maioria das vezes, transitam de sector profissional em sector profissional em curtos espaços de tempo tornando difícil a construção de uma identidade profissional definida, bem como o reconhecimento da mais - valia que constitui a filiação num sindicato. Para além disso, não se revêem, muitas vezes, nos objectivos delineados pelos sindicatos, já que estes se direccionam fundamentalmente para a acção em torno dos problemas identificados no que diz respeito a postos de trabalho de características estáveis.

A um nível geral, as medidas de combate à precariedade já se encontram delineadas, mas carecem de operacionalização plena, sendo para isso essencial a integração dos trabalhadores atingidos no movimento sindical. Neste ponto a articulação com os movimentos de trabalhadores precários é fundamental já que estes se encontram imersos nessa realidade, constituindo o elemento fundamental para o envolvimento desses trabalhadores e para a implementação de estratégias efectivas de luta. Revela-se, portanto, essencial perceber quais são os pontos de abertura, de parte a

parte, para que o diálogo e cooperação se materializem.

Num contexto de maior amplitude, e dada a conjuntura europeia, afigura-se como sendo de particular importância aferir de que significado se reveste a emergência deste tipo de movimentos por toda a Europa e quais as implicações daí decorrentes para o movimento sindical europeu. Será que os movimentos sociais vêm amplificar e tornar mais visíveis as dificuldades e fragilidades do movimento sindical perante o fenómeno da globalização, ou, por outro lado, serão estes uma contribuição de peso para a abertura de novas portas ao movimento sindical, revitalizando-o? Parece-nos que, apesar da destabilização que estes possam provocar ao chamarem a atenção para o desfasamento da acção das estruturas sindicais perante o problema da precariedade, os movimentos sociais de trabalhadores precários podem assumir um papel de grande relevância na revitalização do movimento sindical na sua globalidade.

### Referências Bibliográficas

- Antunes, Ricardo (1995), *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez / Ed. Unicamp.
- Beck, Ulrich (org.) (2000), *Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Bérout, Sophie (2009), "Organiser les inorganisés. Dès expérimentations syndicales entre renouveau de pratiques et échec de la syndicalisation", *Politix*, vol. 22, 85, 127-146.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Eve (1999), *The New Spirit of Capitalism*. London: Verso.
- Castells, Manuel (1992), "A Economia Informacional, A Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Projeto Socialista", *Cad. CRH*, 17, 5 - 34.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo Global ou Metáfora adiada: Discursos e Práticas Transnacionais da CGTP e CUT*. Porto: Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2004), "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: Os caminhos do Novo Internacionalismo Operário*, Porto: Edições Afrontamento, 297-334.
- Estanque, Elísio (2005), "A questão social e a democracia no início do século XXI", *Revista Finisterra*, 55-56-57, 77-99.
- Estanque, Elísio (2008), "Sindicalismo e Movimentos Sociais I", *Janus 2008 - Anuário de Relações Internacionais*.
- Estanque, Elísio; Ferreira, António Casimiro (2002), "Dossier: Sindicalismo Português", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 151-188.

Harvey, David (1992), *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Hyman, Richard (1994), "Changing Trade Union Identities and Strategies", in R. Hyman e A. Ferner (org.), *New Frontiers in European Industrial Relations*, Oxford: Blackwell, 108-139.

Hyman, Richard (2005), Costa (orgs.), *Mudanças no Trabalho e Acção Sindical: Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização*. São Paulo: Cortez Editora, 15-44.

McAdam, Douglas; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2001), *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Michels, Robert (2001), *Para Uma Sociologia Dos Partidos Políticos Na Democracia Moderna*. Lisboa: Antígona.

Moody, Kim (1997), *Workers in a Lean World*. London, New York: Verso.

Oliveira, Roberto Vêras de (2002), *Sindicalismo e Democracia no Brasil: Actualizações, Do Novo Sindicalismo ao Sindicalismo Cidadão*. Tese de Doutoramento, São Paulo.

Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), "Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo", in E. Estanque, L. Mello e Silva, R. Veras, A. Casimiro Ferreira e H. Augusto Costa (orgs.), *Mudanças no Trabalho e Acção Sindical: Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização*. São Paulo: Cortez Editora, 167-188.

Tourraine, Alain (1996), *O Retorno do Actor*. Lisboa: Instituto Piaget.

Visser, Jelle (1994), "European Trade Unions: the Transition Years", in R. Hyman e A. Ferner (org.), *New Frontiers in European Industrial Relations*. Oxford: Blackwell, 80-105.

Waterman, Peter (1998), *Globalization, Social Movements and the New Internacionalisms*. London, New York: Continuum.

Waterman, Peter (2004), "Emancipar o Internacionalismo Operário", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário*, Porto: Edições Afrontamento, 337-378.

## Nota Biográfica

**Dora Fonseca** é Psicóloga, licenciada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É doutoranda do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no programa Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Desenvolve investigação nas áreas do Sindicalismo e dos Movimentos Sociais, estudando em particular a emergência dos Movimentos Sociais de Trabalhadores Precários.

Contacto: [dorajfonseca@gmail.com](mailto:dorajfonseca@gmail.com)